



Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

1 Ao décimo dia do mês de Dezembro , às quatorze horas, através da videoconferência, devido às
2 questões relacionadas ao COVID-19, com acesso pelo link <https://conferencia.pr.gov.br/CERMA>, e
3 conforme Resolução 075/2020. Sendo assim, deu-se início a Reunião Ordinária do Conselho
4 Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA fizeram-se presentes,
5 conforme convocação os seguintes **Conselheiros Governamentais:** Ana Felícia Bodstein
6 (SEJUF) - Titular; Edson Belo Clemente de Souza (SETI) – Suplente; Danilo Peres Buss (SECC) –
7 Titular; Luciane Taline da Costa (SEJUF/DAS) – Suplente. **Conselheiros da Sociedade Civil:**
8 Andressa Gongora Barboza (ARAS) – Titular, Marcia Terezinha Ponce (CÁRITAS Regional PR) –
9 Titular; Marcos Calixto Stier (CAEBE) – Titular; Renato de Souza Paulo (CAEBE) – Suplente;
10 Rima Awada Zahra (CRP) – Titular; Alisson Vinicius Silva Ferreira (CRP) – Suplente; Juliana Mara
11 da Silva (CRESS) – Titular; Elizete Sant’Anna (Pastoral Migrante) – Titular. **Dem ais**
12 **participantes da reunião:** Luis Evelio Acevedo (UNILA); Jaqueline Tontini (SESA - Foz do
13 Iguaçu); André Martini, Antonia de Meira Schena; Antonio Lorencini, Claudia Anjos – OIM; Claudia
14 Estorilio; Emmanuel Predestin; Gabriela Gonçalves Nogarolli – MPPR; Gabriela Teixeira – CRP,
15 Graziella Molina (SEJUF/DEDIF); Isabella Traub, Izabel Araujo Neckel – PUPC/PR; Janaina
16 Cristina (FAS); Jane Vasques – Secretária Executiva; Monica Alves (Ministério da Cidadania);
17 Barbará Cravos (Ministério da Cidadania) Jonas Rodrigues – Cáritas; Julia Crubellate; Luan
18 Mazieri; Luana Lubke – SEJUF/DAS; Luiza Gagliardi; Raquel Carvalho; Roselene Sonda – MPPR;
19 Tatyana Friedrich; Vitor Jasper.

20 **1. Abertura:** A presidente Márcia iniciou a reunião abrindo a palavra para todas (os). **2.**
21 **Apreciação e Aprovação das Pautas:** A sec. Jane solicitou que a pauta sobre a aprovação da
22 ata de novembro que não possui tempo hábil para ser elaborada, revisada e enviada para as (os)
23 conselheiras (os). A pauta e suas respectivas alterações foram aprovadas por unanimidade. **3.**
24 **Polícia Federal - Dra. Silvia:** Inicialmente, a presidente Márcia concedeu a palavra para a Dra.
25 Silvia realizar uma fala de apresentação a todas (os) presentes. Em primeiro lugar, a Dra. Silvia
26 agradeceu a acolhida e reiterou estar à disposição, pois às vezes falta o entendimento de ambas
27 as partes das dificuldades enfrentadas por cada um, urgindo a necessidade de um diálogo mais
28 abrangente e prático das problemáticas. Além disso, o processo da ACT está em andamento e
29 possivelmente será disponibilizado um espaço para o atendimento ao lado da Sala de Audiências,
30 aguardando apenas a aprovação do secretário. A presidente Márcia destacou a fala da Dra. Silvia
31 sobre o CERMA e a PF não estar em lados opostos, mas sim, lutando pela mesma causa e que
32 infelizmente algumas falhas de comunicação podem afetar os trabalhos. Sendo assim, o diálogo e
33 ampliação das parcerias entre as entidades faz-se extremamente necessário, colocando o
34 Conselho à disposição da PF para tratar de todas as questões envolvidas para construir uma rede
35 mais eficiente para um melhor atendimento aos migrantes. Em seguida, a Dra Silvia destacou que
36 com relação ao atendimento é um problema difícil solução pela falta de funcionários para suprir a
37 alta demanda do fluxo migratório que vem aumentando no Estado do Paraná, sendo uma
38 realidade peculiar em comparação ao restante do país. Além disso, há cerca de 10 atendimentos
39 por dia que são realizados via e-mail. A conselheira Andressa enfatizou a importância da presença
40 da Polícia Federal nas reuniões e que em Maringá a realidade do agendamento é problemática,
41 optando também por não abrir uma agenda extensa, sendo apenas semanal. Na instituição há
42 uma fila de cerca de 400 pessoas aguardando o agendamento, sendo possível agendar somente
43 10 por semana e praticamente impossibilitando o atendimento contínuo das demandas
44 apresentadas e influenciando de forma prejudicial em outras áreas da vida do migrante, como:
45 trabalho, saúde, benefícios e etc. Ademais, a conselheira solicitou que a parceria entre a



6
7
8
9
10

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

46 sociedade civil e a PF seja mais apurada para melhores encaminhamentos dos migrantes,
47 informando mudanças de documentos exigidos, horários e demais aspectos que podem ser pré-
48 orientados aos migrantes pelas OSCs. A conselheira Elizete endossou a fala da conselheira
49 Andressa sobre a importância da presença da Polícia Federal nas reuniões, pois a instituição
50 possui o direito de participação do Conselho por meio de lei. Logo após, também ressaltou a
51 necessidade dos postos de atendimento estarem alinhados para não haver confusão entre os
52 migrantes, pois muitas vezes são pedidos documentos diferentes a cada atendimento, não
53 havendo um padrão de apresentação dos documentos exigidos pela PF. A conselheira Juliana
54 reforçou a fala da conselheira Elizete sobre o alinhamento entre a polícia federal e a sociedade
55 civil para aprimorar o trabalho de ambos, pois padroniza o atendimento e agiliza todos os
56 processos. A presidente Márcia indicou que pelo fato do agendamento ser liberado de forma
57 reduzida e em horários alternados, dificultando o acesso pelos migrantes pela sua instabilidade de
58 programação e gerando um "comércio paralelo" onde pessoas ficam a espreita esperando a
59 liberação de agenda para vender para outros migrantes por 500/1000 reais, sendo algo
60 gravíssimo essa prática. A Dra. Sílvia agradeceu as falas acima realizada pelas conselheiras do
61 CERMA e explicitou que essa "agenda paralela" é uma realidade nacional, não sabendo se existe
62 o uso de robôs para "roubar" esses lugares nas filas de agendamento, sendo um tópico que já foi
63 encaminhado para Brasília onde a equipe responsável pelas questões referente ao formato do
64 agendamento vem tentando mudar para que sejam impossibilitadas esse tipo de fraude - porém,
65 ainda não conseguiram. Outro modo de tentar resolver esse problema seria a abertura de uma
66 agenda mais longa com uma capacidade de 80 a 90 atendimentos por dia. Em relação ao interior,
67 Sílvia indicou que não é subordinado a ela e portanto as questões deverão ser levadas para o
68 responsável pela região e serem tratadas de forma sucinta para uma resolução rápida. Por fim, a
69 Dra. Sílvia sugeriu que seja realizada uma reunião mensal para sanar as dúvidas que venham a
70 surgir. A presidente Márcia agradeceu a disponibilidade da Dra. e concordou plenamente sobre a
71 proposta de reuniões que aconteçam paralelas às reuniões do CERMA. A conselheira Ana Felícia
72 explicitou que existe a intenção da Polícia Federal de Curitiba e da SEJUF para a realização de
73 uma parceria, mas a questão ainda está em fase de debate, aguardando uma formalização por
74 parte da PF. **4. Relato das Comissões. 4.1 Relato da Comissão de Comunicação e Eventos:**
75 A conselheira Andressa informou que a comissão não conseguiu se reunir pelo terceiro mês
76 consecutivo por conta de dificuldades na compatibilização de agenda das (os) conselheiras (os). A
77 presidente Márcia ressaltou que gradativamente está ocorrendo um esvaziamento da participação
78 das comissões, não havendo continuidade nos relatos das mesmas, causando falhas estratégicas
79 na elaboração das políticas e o fomento dos debates do Conselho. Além disso, a presidente
80 mencionou que entende a sobrecarga e o aceleração que ocorre para o encerramento do ano,
81 mas que espera que em 2022 estes empecilhos sejam sanados para o bem da população
82 atendida pelo Conselho. A conselheira Ana Felícia sugeriu que a partir de 2022, além das
83 reuniões híbridas, sejam realizadas conforme eram realizadas anteriormente em diversos
84 conselhos: reuniões das comissões pela manhã e no período da tarde a reunião
85 ordinária/extraordinária do Conselho. **4.2 Comissões de Denúncias e Garantia de Direitos:** A
86 conselheira Juliana indicou que a comissão também não conseguiu se reunir e membros desta
87 não participam há muito tempo das reuniões ordinárias do CERMA. **4.3 GT de Ocupação:** A
88 conselheira Juliana informou que ela e a conselheira Elizete foram convidadas a participar de uma
89 reunião no dia 03 de Dezembro acompanhado de o Grupo Gota D'água, essa reunião se deu
90 devido ao assassinato de um menino da ocupação e a infeliz culpabilização criada pela mídia em



91cima das ocupações. Sendo assim, a reunião tem como proposta a realização de ações
92afirmativas e positivas referente às comunidades, exaltando o que elas possuem de melhor e
93fazendo com que essas informações cheguem na grande mídia, não somente nas mídias
94alternativas. Além disso, no dia 08 de dezembro foi recebida uma mensagem que circulou em
95várias redes sociais e grupos - inclusive do GT - sobre a situação de uma família com crianças
96que estavam em situação de despejo. Visto isso, Marcel fez a mediação com a família por ter mais
97conhecimento sobre o caso em conjunto com o COPED. Em seguida, Marcel exaltou a
98importância desse debate interconselhos que vem sendo realizado e inicialmente relatou que
99diante dos fatos que ocorreram na comunidade com intervenção policial na semana passada,
100como forma de dar voz a comunidade, a reunião ordinária do dia 03 de dezembro foi realizada
101dentro da Ocupação Nova Esperança devido a ação policial truculenta realizada no dia 30 de
102novembro onde um jovem foi assassinado. O Prefeito de Campo Magro criminalizou toda a
103comunidade da Ocupação Nova Esperança e relatou para o Governador do Estado e ao
104Secretário de Segurança Pública que na comunidade haviam haitianos fortemente armados.
105Portanto, Marcel enfatizou que há grande necessidade de ações conjuntas entre COPED e
106CERMA para a comunidade de Nova Esperança com intuito de minimizar as violações de direitos
107humanos que vem frequentemente acontecendo no local. O convidado Will primeiramente
108agradeceu a oportunidade de fala e relatou que vive dentro da comunidade, onde a polícia entrou
109e matou um jovem, causando muito medo a todos os moradores, e que sobre os "haitianos
110fortemente armados" relatados pelo prefeito é algo que não existe dentro da comunidade e esse
111discurso acaba prejudicando todo o movimento de luta dos migrantes. Além disso, Will relatou que
112as violações ocorrem praticamente todos os dias na comunidade e não é apenas ameaças de
113despejo que acontecem, mas ameaças de morte às famílias. A conselheira Juliana indicou que a
114situação é muito delicada por diversos fatores e o CERMA deve pensar de forma estratégica em
115como agir nas violações que vem sendo realizadas para não piorar ainda mais a situação com
116represálias, garantindo a segurança dos migrantes. A conselheira Elizete mencionou que este não
117é um tema novo para os atuantes da temática migratória e que exige uma presença mais
118abrangente no ano de 2022 para que sejam minimizados os efeitos das violações que vêm
119ocorrendo nas comunidades. A presidente Márcia reforçou a fala anterior indicando que em 2022
120o CERMA deve pensar de forma mais estratégica e eficiente, unindo forças com outros conselhos
121e entidades para construir uma rede mais eficaz para minimizar o máximo possível as violações e
122a criminalidade nas comunidades. Marcel sugeriu que seja colhido um relato dos migrantes,
123refugiados e apátridas das comunidades para nortear os trabalhos para 2022 e tranquilizou a
124todas (os) informando que após uma reunião com o Secretário de Segurança Pública do Paraná
125foi informado que as ações repressivas na comunidade seriam amplamente reduzidas, porém,
126logicamente ainda há uma grande atenção dos conselhos na comunidade. A conselheira Elizete
127reforçou a necessidade de um levantamento mais próximo possível da realidade para entender
128todos os processos da forma mais clara possível, com o quantitativo correto e especificado, sendo
129necessário o auxílio das lideranças das comunidades. Por fim, a presidente Márcia sugeriu que as
130questões especificadas sejam tratadas dentro da reunião do GT para melhores encaminhamentos,
131pois o levantamento correto dos dados não é algo simples e rápido de ser elaborado. **4.4**
132**Comissão de Eleição:** A conselheira Ana Felícia informou que o Edital estava previsto para
133apresentação de candidaturas até o dia 26 de Novembro. Porém, conforme foi informado na
134última reunião havia apenas 06 inscrições, sendo assim, a comissão entendeu pela reabertura do
135Edital para candidatura, mantendo-se a posse para o dia 31 de Março conforme previsto, mas



136 mudando algumas datas como: Publicação do Edital no dia 17 de Dezembro; Prazo para
137 apresentação de documentos será no dia 03 de Janeiro a 03 de Fevereiro; Recursos até o dia 16
138 de Fevereiro; Resultado Final das Entidades Habilitadas no dia 23 de Fevereiro; Assembleia de
139 Eleição no dia 04 de Março. Devido às alterações, a conselheira Ana indicou que necessita da
140 aprovação do conselho deste novo edital, este que tem os mesmos termos do anterior, sendo
141 alterado apenas seu cronograma. A presidente Márcia indagou se haverá tempo hábil para que a
142 portaria saia para posse dos conselheiros (as) até 31 de Março. A conselheira Ana Felícia
143 informou que têm a palavra da Secretaria Executiva que haverá sim tempo hábil para a posse. A
144 conselheira Juliana sugeriu que quem está responsável pelo Edital entre em contato com as
145 entidades que se candidataram no primeiro processo informando a reabertura e a necessidade de
146 envio dos documentos. A conselheira Ana destacou que as entidades que já se candidataram
147 receberão todas as informações e explicações necessárias sobre o processo eleitoral, porém,
148 conforme solicitado pela conselheira Juliana, a comissão eleitoral poderá prorrogar os prazos e as
149 inscrições já realizadas podem ser mantidas e incluído no Edital que foram abertas novas
150 inscrições além daquelas já recebidas pela secretaria devido o baixo número de candidaturas. A
151 Professora Fátima destacou que nas reuniões anteriores entendeu que o Edital seria prorrogado
152 e que dentro desta a justificativa seria a necessidade de prorrogação por não haver o
153 preenchimento mínimo e que no próprio Edital haveria um dispositivo informando que as
154 inscrições já realizadas seriam automaticamente realocadas dentro do novo Edital, não vendo
155 dificuldade na questão e que de fato, não há necessidade do retrabalho das instituições em
156 encaminhar novamente os documentos exigidos, sendo um problema da Comissão Eleitoral. A
157 conselheira Rosane informou que participou da reunião da comissão eleitoral, mas não tinha
158 compreendido que as instituições teriam que reenviar a documentação e que concorda com a não
159 necessidade desse reenvio, tendo essas instituições suas inscrições automaticamente validadas
160 no novo Edital que será reaberto. A conselheira Ana Felícia indicou que não vê nenhuma
161 dificuldade em acatar o encaminhamento sugerido pelo conselho em manter as inscrições, mas
162 perguntou se será mantida as inscrições de 03 de janeiro a 03 de fevereiro. A presidente Márcia
163 indicou que a prorrogação foi aprovada devido à falta de comprometimento de diversos agentes
164 em se candidatar dentro do prazo, sendo essa apenas uma correção ao problema que foi
165 apresentado, não havendo impedimento na prorrogação do Edital. A conselheira Elizete
166 mencionou que algumas entidades não possuem os requisitos mínimos para participar, como a
167 atuação há mais de 02 anos ou CNPJ. A presidente Márcia informou que essas alterações foram
168 tratadas na comissão, mas necessitam de alteração no regimento interno e não há tempo hábil
169 para isso nesta eleição. Por fim, a presidente Márcia colocou a aprovação da prorrogação do
170 Edital. A prorrogação do Edital foi aprovada pela maioria do pleno. **5. Nota de Repúdio do MPM:**
171 A nota foi enviada por e-mail para todas (os) e é referente a ação truculenta na ocupação Nova
172 Esperança supracitada. Segue a nota em seu formato integral: "*NOTA DE ESCLARECIMENTO E*
173 *REPÚDIO. O Movimento Popular por Moradia (MPM) vem através desta nota ressaltar que, a*
174 *conduta da população da Ocupação Nova Esperança, desde seu primeiro dia de assentamento,*
175 *sempre foi e continua sendo de ordem pacífica e aberta ao diálogo com todos os órgãos públicos*
176 *e instituições de segurança pública a fim de minimizar conflitos, sobretudo acerca da permanência*
177 *dos moradores na antiga Fazenda Solidariedade, ora objeto de litígio. Assim, cumpre informar que*
178 *os desdobramentos da ação policial na madrugada do dia 01/12/2021, culminando na morte de*
179 *Igor Cristiano da Silva, não justificam a conduta opressora, violenta e criminoso da Polícia Militar*
180 *do Paraná face aos moradores da Ocupação Nova Esperança, conforme registrado por eles*



21
22
23
24
25

CERMA
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DOS REFUGIADOS, MIGRANTES
E APÁTRIDAS DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

181 durante a ação dos milicianos. Desta feita, o MPM informa que acionará os órgãos de controle da
182 Polícia Militar e o Ministério Público a fim de apurar a conduta criminosa perpetrada pelos agentes
183 do estado visando sua responsabilização cível, administrativa e criminal. Ainda, o Movimento
184 popular Por Moradia, em nome dos moradores da Ocupação Nova Esperança, REPUDIA a
185 declaração irresponsável prestada pelo Sr. Prefeito Cláudio Casagrande a mídia televisiva RPC
186 (Rede Paranaense de Comunicação) e Rede Bandeirantes, na qual aduz, sem dispor de qualquer
187 prova ou evidencia, que o incêndio criminoso ocorrido no pátio de obras da Prefeitura de Campo
188 Magro na data de hoje teria sido cometido pelos moradores da Ocupação Nova Esperança em
189 retaliação a morte de Igor Cristiano da Silva. Assim, cumpre-nos informar que não há qualquer
190 participação ou envolvimento do Movimento Popular Por Moradia, tampouco dos moradores da
191 Ocupação Nova Esperança, bem como os fatos serão apurados pelos órgãos de investigação e
192 certamente a responsabilização penal dos criminosos. Assim, desde logo, exige-se uma
193 retratação pública do Sr. Prefeito Cláudio Casagrande, haja vista que não há qualquer nexo entre
194 os fatos ocorridos no dia 01/12/2021 e 02/12/2021. Campo Magro 02 de dezembro de 2021
195 Movimento Popular por Moradia (MPM)". O conselheiro Danilo destacou que a aprovação refere-
196 se ao apoio da nota do MPM e não propriamente uma participação do CERMA em sua
197 elaboração. O apoio do CERMA à Nota de Repúdio do MPM foi aprovado pela maioria do pleno.
198 **7. Apresentação do Plano Estadual:** A conselheira Ana Felícia informou que os participantes do
199 plano se reuniram recentemente e foram recebidas as metas e indicadores de quase todas as
200 secretarias, faltando apenas da SETI. Devido à prorrogação dos prazos da eleição, a conselheira
201 Ana sugeriu ao GT que o plano seja apresentado na primeira reunião de fevereiro de 2022 ou no
202 caso a última reunião da gestão atual. Isabela pontuou que o atraso do plano não se deu pelo GT,
203 mas pela demora de todas as secretarias em enviar as metas e indicadores, além da falta de
204 pessoal para a redação do plano. Portanto, a apresentação do plano ficou para a reunião de
205 fevereiro. **8. Informes:** A conselheira Ana Felícia informou que o departamento elaborou uma nota
206 de esclarecimento referente ao primeiro evento do CEIM, a nota foi lida integralmente, segue:
207 "SEJUF/DEDIF/DMRA/CEIM Curitiba, 13 de dezembro de 2021. NOTA DE ESCLARECIMENTO.
208 Ao CERMA/PR. Cumprimentando-os, o Centro Estadual de Informação para Migrantes,
209 Refugiados e Apátridas do Estado do Paraná – CEIM, da Divisão de Políticas Públicas para
210 Migrantes, Refugiados e Apátridas - DMRA do Departamento de Promoção e Defesa dos Direitos
211 Fundamentais e Cidadania – DEDIF, instituído por meio do Decreto nº 5232/2016 da Secretaria
212 da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF, vem, respeitosamente, esclarecer aos Srs. conselheiros
213 a pauta de discussão na última reunião do CERMA a respeito da Interiorização do CEIM. O CEIM,
214 como sabido, realiza ações e atividades de forma integrada e intersetorial com as diversas
215 políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, bem como capacita servidores estaduais e
216 municipais. Diante disso, desenvolveu-se o projeto de interiorização do CEIM para que servidores
217 do poder público estadual e municipal pudessem atender migrantes e refugiados e pudessem
218 executar um atendimento humanizado, justo e organizado. Neste viés, no município de Maringá
219 aconteceu o projeto-piloto, onde participaram outras 05 regionais, e o que ocorreu foi: no segundo
220 dia de capacitação, durante a explicação aos servidores sobre o atendimento a migrantes, houve
221 problemas técnicos de acesso ao sistema e escassez de equipamentos e, portanto, como solução
222 imediata os servidores ali presente decidiram por acessar o sistema de um computador voltado ao
223 auditório, onde os demais servidores e migrantes puderam assistir a capacitação. Não obstante,
224 foi autorizado o uso de imagem pelos migrantes que participaram da capacitação, sem expor ou
225 prejudicar qualquer um deles. Além disso, ressalta-se que o projeto alcançou seu objetivo de levar



26
27
28
29
30

CERMA
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DOS REFUGIADOS, MIGRANTES
E APÁTRIDAS DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

226informações para servidores públicos quanto ao atendimento a essa parcela da população.
227Contudo, diante da preocupação exaurida, informamos que nos futuros projetos de interiorização,
228não ocorrerá à exposição simultânea do sistema á todos os servidores e migrantes participantes
229do evento. Sendo o que havia para o momento, prestam-se votos de estima e consideração.
230Atenciosamente, Departamento de Promoção e Defesa dos Direitos Fundamentais e Cidadania –
231DEDIF". A nota será publicizada no site da SEJUF/CERMA. Em seguida, a conselheira Ana
232Felícia informou que o Governo do Estado do Paraná concluiu todas as etapas do Migra Cidades
233e haverá certificação no dia 16 de Dezembro em um evento online e aberto. 9. Encerramento: Por
234fim, a presidente Márcia agradeceu a presença de todas (os) e encerrou a reunião ordinária do
235Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Estado do Paraná. A
236presente ata foi lavrada pelo estagiário Davi da Rosa e revisada pela Secretaria Executiva Jan
237Vasques.